

Resenha

ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (Orgs.). Quem tem medo de ensinar na educação infantil? **em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2007. 218 p.**

Lucinéia Maria Lazaretti*

Esta coletânea reúne trabalhos selecionados visando abrir caminho para uma discussão que se coloca na atualidade, no campo da educação infantil: quem tem medo de ensinar na educação infantil? Os oito textos publicados revelam, cada qual com sua especificidade, a urgência em destacar o conceito de aprendizagem na educação infantil, afirmando o ensino como sendo o eixo diretivo e constitutivo das práticas que realiza. Essa afirmativa é defendida como sendo um direito inalienável da criança e posto como condição para a sua humanização plena.

Diante dessa justificativa, os debates que se apresentam no livro, visam fornecer subsídios para a elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos para este segmento educacional, no sentido do comprometimento com a socialização da cultura humana letrada e a serviço do desenvolvimento histórico cultural das crianças, especificamente de quatro a seis anos.

Sendo organizado em oito capítulos, o primeiro reflete sobre o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o espontaneísmo: (re)colocando o ensino como eixo norteador do trabalho pedagógico com as crianças de 4 a 6 anos*, de autoria de Alessandra Arce. A autora faz um panorama do recuo da teoria posto no início desde século e o quanto o documento acima citado se coloca dentro desse panorama, ao retirar o conhecimento e o papel do professor como também constitutivos do ato de ensinar e de transmitir às crianças pequenas. Neste sentido, a autora apresenta o Referencial, sua organização e objetivos, focalizando, principalmente, como estão explicitados a criança, o professor e o conhecimento. Em sua análise, a criança é vista como construtora de seus próprios conhecimentos, oriundos do cotidiano, o professor é o facilitador, que apenas acompanha, guia as crianças. Ao cotejar esses três temas, a autora defende que a criança está em processo de construção e precisa apropriar-se do patrimônio da cultura humana para se humanizar, para tornar-se um ser social, como ser humano. Neste sentido, o professor deve ser quem vai *transmitir* esse patrimônio e a escola torna-se um lugar privilegiado dessa transmissão do saber sistematizado. Devemos frisar, portanto, que a autora alerta para a questão da especificidade e da particularidade da faixa etária que se trabalha, mas reitera a importância do *ato de transmitir a cultura* humana, sistematizada.

O segundo capítulo abre uma discussão pontual e necessária para pensar os caminhos da educação infantil com a ampliação do ensino fundamental para nove anos a partir da Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. As autoras

* Mestranda em psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp - Assis/SP. Agência Financiadora: CAPES.

Resenha

Lígia Márcia Martins e Alessandra Arce, em *A educação infantil e o ensino fundamental de nove anos*, trazendo as implicações da referida lei para a educação infantil. Assim, além de traçar um panorama sobre as discussões em torno da lei, no que se refere aos aspectos administrativos e organizativos, expõem também sobre a formação, desenvolvimento e aprendizagem da criança. Pensando nessas questões, as autoras alçam alguns requisitos sobre essa articulação entre educação infantil e ensino fundamental, tecendo principalmente sobre a estruturação pedagógica desses segmentos, sustentando a necessidade da compreensão científica sobre o contexto de formação, desenvolvimento e aprendizagem, adequados as especificidades de cada faixa etária.

Reiterando a necessidade da compreensão científica sobre as especificidades das crianças, a autora Lígia Márcia Martins, no terceiro capítulo, discute as *especificidades do desenvolvimento afetivo-cognitivo de crianças de 4 a 6 anos*. De início, a autora destaca que os marcos cronológicos são apenas referências gerais, já que dentro da premissa teórica da qual a autora se fundamenta, a base do desenvolvimento determina-se nas e pelas condições concretas e reais da vida de criança. Munida pelo arcabouço teórico da psicologia sócio-histórica, a autora analisa o desenvolvimento da criança aos quatro, cinco e seis anos. As principais mudanças que ocorrem nesse desenvolvimento mediado pelas relações estabelecidas com os adultos e o meio circundante. Destaca também, o quanto essa mediação pode ser significativa para as apropriações de conhecimentos que são possibilidades da inserção do ensino sistematizado da leitura, escrita e contagem. As possibilidades para uma aprendizagem sistematizada estão firmadas pelo conhecimento dessa constituição histórico-social, na qual reitera o papel significativo de um bom ensino.

Dando continuidade sobre esse processo de formação, o quarto capítulo, dos autores Nadia Mara Eidt e Marcelo Ubiali Ferracioli, discute sobre *o ensino escolar e o desenvolvimento da atenção e da vontade: superando a concepção organicista do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)*, dando ênfase para as questões da medicalização da infância, dos critérios dos diagnósticos e analisa o TDAH a partir da psicologia histórico-cultural. Diante do panorama exposto pelos autores a respeito das questões pertinentemente atuais do TDAH, avançam para uma análise das condições do desenvolvimento psíquico embasados na psicologia histórico-cultural, focalizando, principalmente, as funções psicológicas superiores como atenção e a vontade. Examinam as condições atuais da sociedade privilegiando o não desenvolvimento humano pleno, nas quais essas condições culpabilizam as crianças por esse desfavorável desenvolvimento, tidas como responsabilizadas unicamente pelo seu fracasso no processo de escolarização.

O polêmico e ousado capítulo quinto, da autora Márcia Regina Goulart S. Stemmer, sobre *a educação infantil e a alfabetização*, introduz um debate em face de questionamentos com os professores de educação infantil: Alfabetiza?

Não alfabetiza? E se a criança pergunta? Eu digo ou não digo com que letra se escreve? E outras que perambulam no cotidiano infantil e não se abre uma discussão sólida sobre o assunto. Neste artigo, a autora ousa discutir o tema, na perspectiva sócio-histórica, analisando o processo das condições concretas de vivência em sociedade em que a criança está inserida e da qual faz parte. Essas condições possibilitam a inserção no mundo da leitura e da escrita, e reitera o papel do professor como mediador dessas possibilidades.

Dando seqüência a essa discussão, mas na perspectiva bakhtiniana, o sexto capítulo, *a linguagem infantil: oralidade, escrita e gêneros do discurso*, de autoria da Maria Sílvia Cintra Martins analisa a aplicação dessa teoria, dos gêneros primários e secundários do discurso na linguagem das crianças pré-escolares. A autora, a partir da sua fundamentação teórica, apresenta dados de pesquisas em Escolas de Educação Infantil analisando sobre como os professores interferem na transição dos gêneros primários para os secundários, e que este salto qualitativo comporta elementos para a apropriação da linguagem escrita a partir dos diálogos estabelecidos com as crianças, que aparentemente são espontâneos. Utiliza-se do jogo de direção e da brincadeira do faz-de-conta para firmar que o desenvolvimento e a exploração dessas atividades carregam os gêneros dos discursos e, portanto, são portadores de possibilidades de avanço tanto na linguagem oral quanto escrita.

Os últimos dois capítulos versam sobre *ouvir e viver histórias na educação infantil: um direito da criança* das autoras Diane Valdez e Patrícia Lapot Costa e sobre *o lúdico no ensino da matemática na perspectiva vigotskiana do desenvolvimento infantil* dos autores José Roberto Boettger Giardinetto e Janeti Marmontel Mariani. O primeiro sobre como contar história e explorar a literatura infantil e o segundo como utilizar dos jogos e brincadeiras como recursos didáticos para o ensino na matemática. Embora com suas especificidades, os textos apontam importantes contribuições para o desenvolvimento dessas atividades no cotidiano infantil, ao utilizarem-se de recursos para os encaminhamentos e a utilização de instrumentos mediadores para a apropriação dos conhecimentos que estas atividades proporcionam.

A qualidade dos trabalhos infere-se pelas questões que nos possibilitam formular, tanto quanto pelas hipóteses que levantam e pretende demonstrar. Esta coletânea vem a serviço dos professores comprometidos com uma educação e ensino infantil e se coloca no meio acadêmico com um dos grandes trabalhos que, ultimamente, têm sido produzidos na educação infantil, defendendo o ato de ensinar. De diferentes formas, direta ou indiretamente, o trabalho chama a nossa atenção para nos colocar diante da educação com possibilidades que não se esgotam neste livro, mas que expressam a necessidade de assumirmos a educação infantil como um espaço no qual *também* se dê a efetivação de um ensino sistematizado. Se por essa razão, se não pelas inúmeras outras razões, o livro merece ser lido e recomendado.

Resenha

Correspondência

Lucinéia Maria Lazaretti - Rua Dez de Maio, Apt. 41, Zona 07, 87030-230, Maringá, PR.

Recebido em 06 de fevereiro de 2007

Aprovado em 28 de 04 de abril de 2007